

ipea

Instituto de Planejamento Econômico e Social

IPLAN

Instituto de Planejamento

URBANIZAÇÃO E METROPOLIZAÇÃO NA
REGIÃO NORDESTE
(Versão Preliminar)

Ana Amélia Camarano

CES/IPLAN/IPEA

Outubro/1988

URBANIZAÇÃO E METROPOLIZAÇÃO NA
REGIÃO NORDESTE

(Versão Preliminar)

Ana Amélia Camarano ?

CES/IPLAN/IPEA

Outubro/1988

1. INTRODUÇÃO

A Região Nordeste tem se caracterizado historicamente, por ser uma região expulsora de população para o restante do país. A partir da década de sessenta passou a se observar uma redução das taxas de emigração regional, muito embora o exodo rural tenha crescido substancialmente. Isto resultou numa mudança do perfil da distribuição espacial da população nordestina. Os fluxos inter-regionais perderam importância para os intra-regionais, os quais em sua grande maioria têm destino urbano. Como resultado, ampliou-se significativamente a população residente nas áreas urbanas.

Embora este processo de urbanização crescente verificado na Região esteja inserido dentro do processo de urbanização nacional, ele apresenta ritmo e características diferenciadas deste último. Salienta-se, por exemplo, que a Região Nordeste foi dentre todas as Regiões brasileiras, inclusive as frentes pioneiras, a que apresentou em 1980, o menor grau de urbanização. Outra particularidade a ser destacada diz respeito ao peso, ainda significativo, das pequenas localidades urbanas no total da população regional.

O objetivo deste trabalho é o de levantar algumas das especificidades do processo de urbanização regional buscando

identificar os seus componentes demográficos. Foram aqui consideradas: uma visão geral do processo de urbanização regional seguida de uma mensuração do impacto dos componentes demográficos deste processo; uma avaliação de dinâmica demográfica das Regiões Metropolitanas e a discussão de algumas alternativas de crescimento para esta população.

2. O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO REGIONAL

2.1. Tendências Gerais

A partir do último censo demográfico, percebeu-se que a população urbana nordestina passou a superar, ligeiramente, a população rural (51%). Movimentos migratórios de origem rural com destino urbano foram responsáveis por este processo. A intensidade destes movimentos foi de ordem tal que mais que contrabalançou as diferenças de crescimento entre as duas áreas e determinou um crescimento bem mais intenso da população urbana relativamente à rural. Foi significativo o diferencial de crescimento populacional entre os quadros urbanos e rurais: na última década, enquanto a população urbana cresceu a 4,1% ao ano, na área rural este crescimento foi da ordem de 0,5% ao ano. Salienta-se que este diferencial aumentou na última década, a despeito dos níveis de fecundidade terem apresentado um decréscimo bem mais acentuado

nas áreas urbanas, do que nas rurais, o que levou a uma redução não seu ritmo de crescimento.

Este aumento se deveu ao incremento do exodo rural. Estimativas apontam que, na década de sessenta, aproximadamente 3,4 milhões de pessoas deixaram a área rural. Já nos anos setenta, este volume alcançou valores superiores a 5,0 milhões, significando 23 e 30% da população rural regional em 1960 e 1970, respectivamente, e quase 1/3 do fluxo rural-urbano nacional⁽¹⁾. Em que pese este fenômeno ter alcançado proporção significativa no contexto regional, no contexto nacional, esta importância diminui. Em média, as áreas rurais brasileiras perderam 33 e 38% de sua população nas décadas de sessenta e setenta, respectivamente. Os estados que mais contribuíram para esta perda populacional foram, na primeira década, Minas Gerais e São Paulo que, desde os anos sessenta já apresentavam taxas de crescimento negativas para a população rural. Na última década, destaca-se a significativa evasão rural ocorrida no Paraná e Goiás. Este fenômeno, segundo Martine⁽³⁾ demistifica a suposição de que a emigração rural é mais intensa no Nordeste ou em áreas mais pobres. Ao contrário,

(1) Vide: CAMARANO(1986) e MARTINE et alii (1988)

(2) Vide: MARTINE et alii (1988)

(3) Vide: MARTINE (1986)

este fenômeno se iniciou conjuntamente com o processo de industrialização, capitalização e mecanização do campo e sua intensidade está associada também ao ritmo desta modernização. Em decorrência disto, observou-se, em 1980, que 45% da população rural brasileira residia na Região Nordeste.

As diferenças regionais na intensidade do êxodo rural e do grau de urbanização podem ser vistas na tabela 1. Ela apresenta as taxas líquidas de migração da população rural e urbana das cinco regiões brasileiras nas décadas de sessenta e setenta, bem como o grau de urbanização observado em 1980.

Embora crescente, as taxas de migração rural da Região Nordeste são inferiores às da Região Sudeste e, na última década, elas só foram superiores às da Região Norte. Já para a área urbana, as menores taxas de imigração foram encontradas na Região estudada, bem como o menor grau de urbanização. Isto se deve não só ao menor êxodo rural regional mas também, à evasão regional, que absorveu, na última década, aproximadamente 54% do fluxo rural regional.

Em síntese, pode-se afirmar que, embora o processo de urbanização da Região Nordeste tenha se acelerado na última década, ele vem ocorrendo num ritmo inferior ao apresentado pela população brasileira provavelmente, pela menor intensidade em que se dá o processo de industrialização e modernização na região.

TABELA 1
BRASIL
TAXAS LÍQUIDAS DE MIGRAÇÃO POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO E GRAU DE
URBANIZAÇÃO SEGUNDO AS REGIÕES BRASILEIRAS
1960-1970 E 1970-1980

REGIÕES	RURAL		URBANA		GRAU DE URBANIZA ÇÃO EM 80
	1960-1970	1970-1980	1960-1970	1970-1980	
NORTE	-25,2	-3,6	16,5	26,4	52
NORDESTE	-23,0	-30,0	14,0	15,9	51
SUDESTE	-50,9	-48,1	25,5	18,1	83
SUL	-13,4	-50,5	23,8	23,5	62
CENTRO OESTE	-7,2	-40,6	42,7	37,3	68

Fonte: MENEZES, S. (1984).

2.2. A Distribuição da População Urbana por Tamanho de Cidades

Como o conceito de urbano utilizado aqui⁽⁴⁾ é muito abrangente, incluindo desde sede de distritos, vilas até os centros metropolitanos, é necessário qualificar um pouco mais o que significa este crescimento. A tabela 2 apresenta o perfil da distribuição da população urbana em 1940 e 1980, por tamanho de cidades e a 3, a desagregação do incremento populacional ocorrido entre as quatro décadas.

Os dados mostram uma mudança no perfil da distribuição espacial da população urbana nordestina durante o período anali-

(4) É o conceito utilizado pelos Censos Demográficos.

sado, que caminha no sentido de uma polarização do crescimento urbano entre as pequenas cidades e os centros metropolitanos. Salienta-se que foram estes últimos que apresentaram uma velocidade maior de crescimento. Esta mudança foi mais intensa na década de sessenta com a passagem das cidades de Fortaleza e Salvador para a categoria de 500.000 habitantes e mais.

A população das cidades de 100 mil a 500 mil habitantes também aumentou significativamente pelo incremento do número de cidades e pelo crescimento da população das outras capitais nordestinas, mas a participação dessa categoria no total da população urbana manteve-se aproximadamente constante em torno de 18%.

Estes dados chamam a atenção para um fenômeno importante no processo de urbanização brasileira e que parece estar presente também, no caso nordestino, que é o da metropolização. Este processo tem resultado numa concentração cada vez maior de pessoas e atividades econômicas num único espaço. Deve-se, no entanto, chamar a atenção para o fato de que este processo acontece no Nordeste, de forma quantitativo, e qualitativamente diferente do que o que acontece no restante do país. Por exemplo, a Região Metropolitana de São Paulo em 1980, 50% da população do seu estado e a do Rio de Janeiro, 78%. Já a de Salvador concentrava neste ano, apenas 16% da população de seu estado, a de Fortaleza 30% e a de Recife 38%. Esta menor peso das concentrações popula-

TABELA 2
REGIÃO NORDESTE
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA POR TAMANHO DE CIDADES
1940 - 1980

TAMANHO DE CIDADES	1940		1980	
	Em 1.000 Habs.	Em %	Em 1.000 Habs.	Em %
<20.000	1.694,9	50	5.972,8	34
20.000 + 100.000	508,9	16	2.684,0	15
100.000 + 500.000	623,6	18	3.107,5	18
500.000 e + (1)	553,8	16	5.818,1	33
TOTAL	3.381,2	100	17.582,4	100

FONTE: F. IBGE. Censos Demográficos de 1940 e de 1980

Nota: (1) - Considerou-se aqui, as Regiões Metropolitanas como um todo.

TABELA 3-
REGIÃO NORDESTE
DISTRIBUIÇÃO DO CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO URBANA POR TAMANHO DE
CIDADE (1)
1940 - 1980

TAMANHO DE CIDADES	1940-1950		1950-1960		1960-1970		1970-1980	
	Em 1.000 Habs.	Em %						
<20.000	732,1	54	1.287,1	44	1.450,8	34	1.975,5	34
20.000 - 100.000	273,5	20	-72,6	2	695,8	16	898,0	15
100.000 - 500.000	350,0	26	-88,5	3	792,7	18	1.099,9	19
500.000 e + (2)	265,4	19	1.809,9	63	1.360,9	32	1.838,6	32
TOTAL	1.363,6	100	2.935,9	100	4.300,2	100	5.812,8	100

FONTE: F. IBGE. Censos Demográficos de 1960, 1970 e 1980

Nota: (1) - A classificação foi feita segundo o tamanho das localidades urbanas detectadas pelo Censo de 1980.

Nota: (2) - Considerou-se as Regiões Metropolitanas como um todo

cional nas Áreas Metropolitanas nordestinas é resultado de se ter uma distribuição mais homogênea desta população, onde a população residente nas áreas rurais e nas pequenas localidades urbanas ainda é expressiva.

3. OS COMPONENTES DEMOGRÁFICOS DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO REGIONAL

A população urbana nordestina apresentou no período, 1970-1980 um incremento de aproximadamente 5,7 milhões de pessoas, das quais 56% se deveu ao crescimento vegetativo e 44% ao migratório. É crescente o peso do componente migratório no total da população urbana regional: na década de sessenta, esta proporção foi de 32%. Isto se deve não só ao aumento das taxas de migração rural-urbana mas também à queda da fecundidade. Além deste fluxo, os do tipo urbano-urbano também contribuíram para o processo de urbanização e, notadamente, para a metropolização, levando à concentração da população nos núcleos urbanos maiores.

Quando se desagrega os componentes deste crescimento por situação domiciliar observa-se que o peso do componente migratório é mais significativo nas cidades com população entre 20 a 500.000 habitantes do que nos centros metropolitanos⁽⁵⁾. Prova-

(5) Vide: MARTINE, et alii (1988).

velmente, isto se deva de um lado à atração exercida pelas capitais estaduais não metropolitanas e ao baixo poder de atração da Região Metropolitana do Recife.

Apesar do aumento absoluto e relativo da migração rural urbana entre as décadas de 60 e 70, a taxa de crescimento da população urbana apresentou um decréscimo de 4,4 para 4,1% ao ano, em razão da grande queda dos níveis de fecundidade verificada na Região na última década, que levou a uma redução da taxa de crescimento vegetativo. O efeito da queda da fecundidade sobre o ritmo de crescimento urbano foi de ordem tal que mais que contrabalançou a redução dos níveis de mortalidade e o aumento da taxa líquida de migração. Esta constatação é de grande importância para a compreensão das prováveis tendências futura da urbanização desta área uma vez que se espera que a fecundidade continue a cair nos próximos anos, o que deverá resultar numa menor taxa de crescimento da população urbana regional.

Em outro trabalho⁽⁶⁾ já foi mostrado que, no médio prazo, a redução da fecundidade exerce um efeito significativo sobre o ritmo de crescimento urbano e, portanto, sobre o volume da população urbana mas, não sobre a sua distribuição espacial (rural/urbana) e, conseqüentemente sobre o grau de urbanização pois, o seu efeito sobre a magnitude do exodo rural deve ocorrer apenas, no longo prazo.

(6) Vide: Ibid.

Apesar do aumento da evasão rural, a população rural nordestina ainda é responsável por 49% da população regional e 45% da população rural brasileira. Não obstante, ter-se assistido na primeira metade desta década, a transformações na agricultura brasileira, notadamente no Nordeste, que devem ter resultado numa maior retenção populacional rural⁽⁷⁾, acredita-se que, o exôdo rural nesta região ainda deverá continuar desempenhando um papel importante no crescimento da população urbana desta região.

4. O PROCESSO DE METROPOLIZAÇÃO REGIONAL

Conforme já se mencionou, o processo de urbanização brasileiro e, por extensão, o nordestino, vem se caracterizando pela metropolização, onde se observa uma proporção significativa da população residente num grupo de cidades, que gira em torno de uma delas. Este grupo de cidades detem não só uma proporção significativa da população mas, concentra-se aí também, um maior volume de investimentos públicos e privados.

A expansão regional diferenciada das atividades econômicas tem atuado de forma variada sobre a dinâmica da população brasileira. De fato, quando se observa o ritmo de crescimento da população das nove Regiões Metropolitanas brasileiras, na última

(7) Para uma maior discussão sobre estas transformações, consulte MARTINE (1986), CAMARANO et alii (1988)

década, observa-se que a de São Paulo, apesar de contar com uma base populacional significativamente mais alta, tem apresentado taxas de crescimento mais elevadas do que as observadas nas três Regiões Metropolitanas nordestinas. Diferenças significativas são verificadas também dentre estas três áreas. Por exemplo, na década de setenta, enquanto a Região Metropolitana do Recife cresceu a uma taxa de 2,7% ao ano, as de Fortaleza e Salvador expandiram-se respectivamente, a 4,3 e 4,4% ao ano.

Pode-se afirmar que as diferenças nas taxas de crescimento destas quatro Regiões Metropolitanas mencionadas anteriormente, devem-se exclusivamente à diferenças nas taxas líquidas de migração⁽⁸⁾. Na Região Metropolitana do Recife observou-se a menor taxa líquida de migração, decorrente não só de uma menor entrada de imigrantes mas também, de uma maior saída de emigrantes. Na década de setenta, aproximadamente 270 mil pessoas entraram na Região e aproximadamente 217 mil deixaram-na. (Vide Tabela 4). Já, em Fortaleza e Salvador, embora o movimento de entradas tenha sido menor, o de saídas foi bem mais reduzido, o que levou a um saldo líquido migratório mais expressivo e, conseqüentemente a uma maior taxa de crescimento populacional.

Por outro lado, salienta-se também que, enquanto na Região Metropolitana do Recife predominaram os fluxos intra-metropolitanos, tanto na sua origem quanto no seu destino, nas

(8) Vide: CAMARÃO (1986).

demais destacaram-se os movimentos com origem os demais municípios do Estado e os com destino aos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro..

No caso da Região Metropolitana do Recife, os seus fluxos têm se caracterizado pelo deslocamento da população do município sede para os municípios limitrófes. Aproximadamente 75% das saídas desta área se originaram no município do Recife e 85% destas destinaram-se aos municípios de Olinda, Jaboatão, Paulista e São Lourenço da Mata, indicando assim um processo de "periferização", conforme se observa.

TABELA 4
REGIÃO NORDESTE
VOLUME DE ENTRADAS E SAÍDAS POR ORIGEM E/OU DESTINO SEGUNDO AS REGIÕES METROPOLITANAS
1970 - 1980
Em 1.000 habitantes

REGIÕES METROPOLITANAS	ORIGEM DAS ENTRADAS			DESTINO DAS SAÍDAS			SALDO LÍQUIDO MIGRATÓRIO
	REGIÕES METROPOLITANAS	FORA DA RM	TOTAL	REGIÕES METROPOLITANAS	FORA DA RM	TOTAL	
FORTALEZA	45,5 (12)	322,6 (88)	368,1 (100)	45,5 (28)	117,7 (72)	163,2 (100)	204,9
RECIFE	243,2 (47)	270,0 (53)	513,2 (100)	243,2 (53)	217,3 (47)	460,5 (100)	52,7
SALVADOR	35,4 (22)	271,1 (88)	307,5 (100)	36,4 (24)	117,5 (76)	153,9 (100)	153,6

FONTE: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 1980 (Tabulações Especiais)

NOTA: (1) Os dados entre parênteses indicam o percentual com relação ao total de migrantes e emigrantes, respectivamente.

Na tabela 8, que apresenta o balanço migratório entre os municípios da Região Metropolitana do Recife. Observa-se que o município sede perdeu, na última década, aproximadamente 182 mil pessoas para outros municípios da área: Olinda, Jaboatão, Paulis-

ta e São Lourenço da Mata, o que representou 52% do total de seus migrantes. Por outro lado, os imigrantes que chegaram à Região Metropolitana na última década, provenientes de outros municípios do Estado, tem apresentado uma tendência crescente a se localizarem nos municípios periféricos. Na última década, o município do Recife recebeu apenas 29% deste total.

Além da significativa perda populacional para os demais municípios da Região Metropolitana, 170 mil pessoas deixaram o município do Recife em direção, ao Estado de São Paulo (37%), outras áreas do Estado de Pernambuco (29%) e 18% para Rio de Janeiro. A significativa fuga da população desta área pode sugerir que ela vem funcionando também, como uma etapa de um processo de migração que se destinaria, em última instância, para a região Sudeste.

Nas outras duas áreas metropolitanas, os movimentos internos não foram significativos. No caso da Região de Fortaleza, eles constituíram apenas 12% dos fluxos migratórios. A Tabela 6 apresenta o balanço migratório entre os municípios integrantes desta área. Observa-se que Fortaleza, no processo de trocas populacionais intrametropolitanas, também apresentou saldo líquido migratório negativo, tendo perdido população para Caucaia e Maraguape, mas, com intensidade menor que Recife.

Observou-se, nesta área, um ingresso de pessoas com origem fora da Região Metropolitana significativamente mais alto

relativamente às suas saídas, o que resultou num acréscimo líquido de aproximadamente 200 mil pessoas. Este acréscimo respondeu

TABELA 5
REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE
BALANÇO MIGRATÓRIO ENTRE OS SEUS MUNICÍPIOS
1970-1980

EM 1.000 HAB.S.

RES. ATUAL									SÃO LOURENÇO
RES. ANTERIOR	CABO IGARASSU	ITAMARACÁ	JABOATÃO	MORENO	OLINDA	PAULISTA	RECIFE	DA MATA	TOTAL
CABO	0,8	0,1	0,1	0,2	-2,7	-0,1	-1,6
IGARASSU	0	...	0	0,5	-2,2	...	-1,7
ITAMARACÁ	0	...	0,1	...	-0,5	...	-0,4
JABOATÃO	-0,8	0	0	-1,1	-0,6	1,3	-51,2	-0,2	-52,6
MORENO	-0,1	1,1	0,2	0,2	0,1	-0,2	1,3
OLINDA	-0,1	0	-0,1	0,6	-0,2	10,8	-51,7	0,2	-40,5
PAULISTA	-0,2	-0,5	...	-1,3	-0,2	-10,8	-43,5	-0,7	-57,2
RECIFE	2,7	2,2	0,5	51,2	-0,1	51,7	43,5	17,6	169,3
SÃO LOURENÇO DA MATA	0,1	0,2	0,2	-0,2	0,7	-17,6	-126,6
TOTAL	1,6	1,7	0,4	52,6	-1,3	40,5	57,2	-169,3	0

Fonte: Censo Demográfico de 1980 (Tabulações especiais)

Nota (1) ... Valores não significativos

(2) Só se considerou a migração intra-metropolitana

TABELA 6
 REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA
 BALANÇO MIGRATÓRIO ENTRE OS SEUS MUNICÍPIOS
 1970-1980

RES. ATUAL	AQUIRAZ	CAUCAIA	FORTALEZA	MARANGUAPE	PACATUBA
RES. ANTERIOR					
AQUIRAZ	...		1,3	-1,0	0
CAUCAIA	...		-8,1	0,2	...
FORTALEZA	-1,3	8,1		2,4	-1,7
MARANGUAPE	0,1	-0,2	-2,4		0,2
PACATUBA	0	...	1,7	-0,2	
TOTAL	-1,2	7,8	-7,5	2,3	-1,5

Fonte: Censo Demográfico de 1980 (Tabulações Especiais)

Nota: (1) Valores não significativos

por 37% do incremento populacional desta área na última década. Cerca de 86% destes imigrantes tiveram origem nos demais municípios do próprio estado do Ceará e 84% do seu conjunto localizaram-se no município-sede.

Estes dados chamam a atenção para as diferenças deste processo com o observado em Recife. Neste último caso, além do crescimento do município sede estar extrapolando os seus limites, a região vem apresentando um potencial menor de atração e retenção populacional. No caso de Fortaleza, é relativamente maior o poder de atração populacional dessa área em relação aos demais municípios do Estado do Ceará. Este poder está ainda centrado no município sede, apesar de já estar se observando sintomas de "pe-

riferização" também, nesta Região, denotado pelo fato do município de Fortaleza ter apresentado saldo líquido migratório no balanço migratório entre os municípios que compõem a Região Metropolitana.

Também em Salvador, os fluxos intrametropolitanos foram bem menos importantes do que em Recife: constituir em 1980, 17% das entradas e 13% das saídas. Nas trocas intrametropolitanas, Salvador perdeu população para Camaçari, Lauro de Freitas e Simões Filho. (Vide Tabela 7). No seu conjunto apresentou um saldo líquido migratório de quase 100 mil pessoas, o que correspondeu a 20% do crescimento observado na década, tendo absorvido 74% dos imigrantes que se dirigiram a esta Região Metropolitana. Como em Fortaleza, a grande proporção de seus imigrantes (72%) teve origem nos outros municípios do próprio Estado e destino o município-sede. Também nesta área, fenômeno da periferização não apresentou a mesma expressão que, em Recife, como Fortaleza, o município de Salvador apresentou saldo negativo nas trocas intrametropolitanas.

Embora o peso da emigração nessas duas áreas metropolitanas tenha sido menor do que na do Recife, mas ele não foi desprezível. Aproximadamente 240 mil pessoas deixaram as Regiões Metropolitanas de Salvador e Fortaleza na última década. O destino preferencial nos dois casos, coincidiu com o de Recife: São Paulo, os próprios estados e Rio de Janeiro.

Em síntese, pode-se dizer que as Regiões Metropolitanas nordestinas apresentaram um papel importante no processo de absorção de fluxos populacionais regionais; salienta-se que o escopo deste poder é mais limitado do que o das outras Regiões metropolitanas do país, restringindo-se ao espaço estadual. Esta constatação sugere também, que estes três centros têm desempenhado o papel de freiar parte dos deslocamentos populacionais com origem rural ou nas pequenas cidades que se dirigiriam a outras Regiões do país. Este poder foi mais intenso na década de setenta relativamente a de sessenta, embora não se possa dizer - este fenômeno tenha sido resultado do aumento da capacidade de absorção populacional dessas três áreas ou da redução do poder das outras áreas de atração localizadas fora da Região Nordeste. No entanto a proporção elevada da emigração oriunda das Regiões Metropolitanas nordestinas, notadamente na do Recife, deve indicar que a migração para estas áreas se constitui em apenas mais uma etapa do processo migratório que terminaria nas Regiões Metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro.

4. PERSPECTIVAS DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO URBANA

Conforme já foi dito várias vezes neste trabalho, a Região Nordeste acelerou, na última década, o seu processo de urbanização, passando a apresentar uma elevada produção de sua população concentrada nas suas três Regiões Metropolitanas.

TABELA 7
 REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR
 BALANÇO MIGRATÓRIO ENTRE OS SEUS MUNICÍPIOS
 1970 - 1980

MUNICÍPIO DA RES. ATUAL	CAMAÇARI	CANDEIAS	ITAPARICA	LAURO DE FREITAS	SALVADOR	SÃO FRANCISCO	SIMÕES FILHO	VERA CRUZ
CAMAÇARI		-0,3	...	0,1	-6,3	...	0,2	...
CANDEIAS	0,3		...	0,1	-0,4	-0,9	0,4	...
ITAPARICA	0,9	0
LAURO DE FREITAS	-0,1	-0,1	...		-8,2
SALVADOR	6,3	0,4	-0,9	0,2		-0,8	6,1	-0,3
SÃO FRANCISCO	...	0,9	0	...	0,8		0,1	0
SIMÕES FILHO	-0,2	-0,4	-6,1	-0,1		0
VERA CRUZ	0,3	0	0	
TOTAL	6,3	0,5	-0,9	8,4	-19,0	-1,8	6,8	-0,3

FNTE: F. IBGE Censo Demográfico de 1980 (Tabulações Especiais)

Apesar da população urbana regional estar crescendo a uma taxa elevada, ela representava, em 1980, apenas 51% da população total ou seja, ainda residiam nas áreas rurais neste ano, 17 milhões de pessoas; isto representava, naquele ano, quase a metade da população rural brasileira. Esta constatação permite supor, como tendência de longo prazo, uma intensificação do processo de urbanização da Região, embora em menor ritmo, pois a população rural, além de contar com uma base populacional signifi-

cativa, deverá apresentar um ritmo de crescimento vegetativo mais elevado do que o da população urbana⁽⁹⁾.

O menor ritmo de crescimento da população urbana pressuposto ocorreria como consequência de um menor saldo líquido migratório rural-urbano e do crescimento vegetativo da população residente nas áreas urbanas, também menor. Embora pareça contraditório com o que foi anteriormente, para a década de oitenta espera-se um arrefecimento no êxodo rural nordestino. Esta hipótese se baseia nos primeiros resultados do Censo Agropecuário de 1985 trabalhados por Martine e Muller⁽¹⁰⁾ já discutidos em outros textos⁽¹¹⁾. Esta redução seria consequência não somente do processo de re-minifundinização decorrente da crise econômica discutida pelos autores mencionados mas, também, pela quase redução do estoque absoluto da população rural, provocada pelas migrações anteriores e pela queda da fecundidade.

Para a década de oitenta, considerou-se uma redução de aproximadamente 10% do fluxo rural nordestino e um aumento de 33% nas taxas líquidas de migração urbana pressupondo uma maior in-

(9) Isto se deve ao fato da natalidade apresentar-se mais elevado nestas áreas. Espera-se que, na década de 1980, o crescimento vegetativo da população rural situe-se em torno de 2,6% ao ano. Vide: CAMARANO (1986).

(10) Vide MARTINE (1987) e MULLER (1987)

(11) Vide: CAMARANO, et alii (1988) e MARTINE, et alii (1981)

corporação pelas áreas urbanas do fluxo expulso do campo. Já, para os anos noventa, admitiu-se uma continuação do decréscimo das taxas líquidas de migração da origem rural, também em torno de 10%. Quanto ao destino deste fluxo admitiu-se duas hipóteses:

H₁- mantém a mesma proporção nas áreas urbanas regionais admitidas para a década de oitenta.

H₂- pressupõe uma maior evasão regional que H₁. As proporções da população que fica nas áreas urbanas regionais aproxima-se da observada na década de setenta.

Com relação à fecundidade, é importante ressaltar que, embora a nível de fecundidade das mulheres nordestinas tenha apresentado uma redução acelerada nos últimos vinte anos, estes níveis permanecem ainda elevados quando comparados ao do Centro Sul do país⁽¹²⁾. A experiência histórica sugere que, uma vez iniciado o processo de queda da fecundidade, essa acabe atingindo a maioria dos espaços geográficos e camadas sociais.

A hipótese central deste trabalho, com relação a esta variável, é que seus níveis deverão continuar caindo durante os

(12) Na primeira metade desta década observou-se para as mulheres urbanas nordestinas uma Taxa de Fecundidade Total de 4,0 e para as residentes na Região Sudeste de 2,7.

próximos quinze anos, fazendo com que, até a virada do século, a Taxa de Fecundidade Total das mulheres urbanas nordestinas aproxime-se da observada para o Brasil urbano na primeira metade desta década (3,03).

Pressuposto semelhante foi adotado para a projeção dos níveis de mortalidade. Embora estes venham declinando de modo significativo, o diferencial em relação à média nacional vem aumentando. Dado isto, considerou-se a continuação da queda da mortalidade, mas em ritmo mais intenso do que vinha ocorrendo anteriormente⁽¹³⁾, visando uma maior convergência nos níveis de esperança de vida nacional.

Com base nestas hipóteses, espera-se encontrar residindo no Nordeste, no ano 2000, entre 48 a 50 milhões de habitantes, dos quais 64 ou 61%, respectivamente deverão estar localizados nas áreas urbanas. A Tabela 9 apresenta os resultados das projeções obtidas.

Se se verificarem as hipóteses traçadas, pode-se concluir que a Região continuará passando por um processo de urbanização intensa (a população urbana crescendo a 2,9% ao ano, entre 1980-2000), mas em ritmo menor do que o verificado nas últimas décadas. Dentro do quadro de hipóteses traçadas, os diferenciais regionais neste indicador deverão se acentuar. Enquanto a

(13) Para maiores detalhes sobre estas projeções, consulte: MARTINE, et alii (1988).

TABELA 9
 NORDESTE
 POPULAÇÃO ESPERADA POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO SEGUNDO AS DUAS HI-
 PÓTESES
 2000

	EM 1000 HAB.		
	RURAL	URBANA	TOTAL
H ₁	20 163	30 832	50 545
H ₂	17 374	30 887	48 261

FONTE: Dados projetados pelo IPLAN/IPEA.

Região Sudeste deverá alcançar um grau de urbanização superior a 90%, no Nordeste este não deverá ultrapassar 65%. Conseqüentemente, 55% da população rural brasileira deverá estar residindo no Nordeste.

No que se refere à projeção da população das Regiões Metropolitanas, utilizou-se um procedimento semelhante ao utilizado na projeção regional. Os resultados obtidos encontram-se na Tabela 10. Neste caso, as variações nas duas hipóteses adotadas resultam em mudanças pouco significativas no volume populacional esperado. Deve-se chamar a atenção para o crescimento bem mais acentuado, relativamente às duas outras Regiões Metropolitanas, que pode ocorrer na Região Metropolitana de Salvador.

Frente a estes pressupostos, o perfil da distribuição espacial da população nordestina, esperado para o ano 2000, está mostrado na Tabela 11. Observa-se por esta tabela, uma tendência à redução absoluta e relativa da população rural em prol de um

crescimento acentuado da população residente nas áreas urbanas, notadamente nas não metropolitanas

TABELA 10
REGIÃO NORDESTE
POPULAÇÃO ESPERADA PELAS DUAS HIPÓTESES SEGUNDO AS REGIÕES METROPOLITANAS
2000

	EM 1.000 HAB.	
REGIÕES METROPOLITANAS	H ₁	H ₂
FORTALEZA	2 735,2	2 541,1
RECIFE	3 523,9	3 438,4
SALVADOR	3 391,9	3 391,9
TOTAL	9 651,0	9 371,4

FONTE: MARTINE et alii, Tabela 17.

TABELA 11
REGIÃO NORDESTE
PERFIL ESPERADO PARA A DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO NORDESTINA
2000

	1980	H ₁	H ₂
ÁREA RURAL	49	39	36
ÁREAS URBANAS NÃO METROPOLITANAS	35	42	45
ÁREAS URBANAS METROPOLITANAS	16	19	19

FONTE: Dados projetados pelo IPLAN/IPEA.

Estes resultados sugerem que o processo de urbanização nordestino deverá continuar ocorrendo de forma quantitativa e qualitativamente diferente do restante do país. Ampliar-se-ão os diferenciais no grau de urbanização e o crescimento da população urbana deverá apresentar uma tendência maior a se localizar nas áreas urbanas não metropolitanas, ao contrário do que ocorrerá no restante do país.

BIBLIOGRAFIA

- CAMARANO, ANA AMÉLIA (org.). Nordeste: Evolução da População e da Força de trabalho até o ano 2.000. Recife, FUNDAJ, Editora masangana, 1986.
- Migração e Estrutura Produtiva: o caso das Regiões Metropolitanas Nordestinas in: Revista Brasileira de Estudos de População, Campinas, v. 3, nº 2, julho/dez. 1986.
- e PERILLO, Sônia R. Padrões de distribuição espacial da População brasileira in: ABEP, Anais do V Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Águas de São Pedro, Vol. 1, 1986.
- , NEUPERT, Ricardo e BELTRÃO, Kaizô. "Século XXI: a quantas andarás e onde andarás a população brasileira. Brasília, IPEA, 1988 (mimeo)
- FIDEPE. Distribuição Espacial da População do Estado de Pernambuco 1940-1980. Recife, 1982. (Informações Demográficas de Pernambuco, 7).
- JATOBÁ, Jorge. Urban Poverty, Labor Markets and Regional Development: The Case of Brazil. Madison - University of Wisconsin, 1986.
- MARTINE, George. As Migrações de Origem Rural numa Perspectiva Histórica: Algumas Notas. Brasília, outubro de 1986.
- A Evolução Recente da Estrutura de Produção Agropecuária: Algumas Notas Preliminares, Brasília, maio de 1987.
- Tendências Recentes da Distribuição Espacial da População Brasileira, Brasília, dezembro de 1981.
- CAMARANO, Ana Amélia, NEUPERT, Ricardo e BELTRÃO, Kaizô. A Urbanização no Brasil: Retrospectiva, Componentes e Perspectivas in: ABEP, Anais do VI Encontro Nacional; Olinda-PE, v.2, 1988.
- MENEZES, Sílvia G. Pinheiro et alii. Mudanças no quadro domiciliar da população brasileira: estimativas para a década de 70 in: ABEP, Anais do V Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Águas de São Pedro v. 1, 1986.
- MOURA, Hélio A. Migrações para grandes cidades do Nordeste: Intensidade e Características demográficas, Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil, 1975.
- A Recente Dinâmica Demográfica do Nordeste: seus determinantes e implicações in: Revista Econômica do Nordeste, nº 2 abril/junho 1985, vol. 16.

SALM, Cláudio e Silva, Luis C.E. Industrialização e Integração do mercado de trabalho brasileiro, Trabalho apresentado no Encontro nacional sobre mercado de Trabalho e Distribuição de Renda no Brasil, Rio de Janeiro, setembro de 1982.

